



CIP alerta Governo de que o dinheiro não está a chegar às empresas

16-Abr-2020

O Presidente da CIP – Confederação Empresarial de Portugal esteve ontem reunido com o Primeiro-ministro para avaliar a possibilidade de uma retoma à normalidade, acautelando, sempre, o bem da saúde pública. Nesse sentido, António Saraiva, concordando com a proposta do Governo sobre a retoma das atividades económicas, ressalva que esta deve ser inteligente, fatiada, assimétrica, quer em termos regionais, quer em termos de população. “Porque se por um lado teremos que acautelar prioritariamente a saúde pública, por outro, não podemos ficar sem futuro por deixarmos morrer a economia”.

Para este desígnio de regresso das atividades económicas, o Presidente da CIP alerta o Governo para que acompanhe esta estratégia com o apoio ao relançamento das empresas e uma mais do que necessária reformulação da própria economia. “Já antes desta crise o país caminhava para a digitalização, para a transição para a sociedade digital, o futuro do trabalho com todas as suas implicações, as novas profissões, as profissões que vão desaparecer, isso está aí à nossa espera, está por acontecer. A reformulação da economia portuguesa terá que se fazer forçosamente, e é nesse sentido, que todos nós, sem exceção, empresários, trabalhadores, Governo, temos de unir esforços para alcançar esse objetivo”, notou António Saraiva. Adiantando: “Como tenho dito, vamos ultrapassar esta situação da pandemia, preservando obviamente a saúde pública. Mas hoje todos os empresários têm que estar motivados para segurar postos de trabalho, da mesma forma que os trabalhadores e os seus representantes têm de estar focados em salvar as empresas. É um jogo de seleção e, portanto, todos temos de fazer parte da solução”.

Questionado pelos jornalistas sobre os apoios às empresas já anunciados pelo Governo e sobre a proposta a CIP para a implementação de apoios a fundo perdido, o Presidente da CIP afirma que “essa é uma exigência que continuamos a fazer porque, lamentavelmente, dos milhões que têm sido anunciados, na ordem dos 13 mil milhões, para as empresas não têm chegado nem tostões. Aquilo que as empresas necessitam não é de dívida em cima de dívida. Aquilo que necessitam é de liquidez, é de incentivos. E mais do que promessas, mais do que lançar a linha A, B ou C, as empresas necessitam de ajuda efetiva e liquidez imediata. Há atrasos que não se justificam e que não se podem entender. Rapidez e eficácia é aquilo que se exige neste momento e foi aquilo que transmiti ao Primeiro-ministro, quando lhe disse que as sete propostas que enviámos na nossa posição têm que ser estudadas e, por isso, a CIP aqui voltará a uma reunião com o Primeiro-ministro para discutirmos a proposta que a CIP fez.